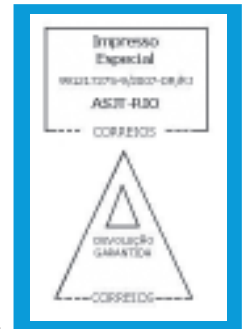


Atualidade



Ministro, a história não o absolverá!



Sérgio Feitosa, Desemb. Dr. Ivan Rodrigues e o Min. Corregedor do TST Exmo. Dr. Rider Nogueira.

os seus passivos da mesma forma que os funcionários do TST receberam".

O ministro disse então, que tratava-se apenas de uma opinião própria. Sérgio argumentou que o procedimento é legal e que vários Fóruns do judiciário já receberam a URV, inclusive Fóruns trabalhistas e o próprio TST, como já havia mencionado antes. E, o que está de fato ocorrendo é uma discriminação com o Judiciário Trabalhista e em especial com o TRT-RJ, e os funcionários da Justiça do Trabalho não permitirão tal estado de coisa. Inclusive estão organizando uma caravana à Brasília, com o apoio de diversas entidades de classes para irmos ao TST e ao Ministério do Planejamento protestar contra o descaso com o Judiciário Trabalhista.

O ministro disse que se de fato outros Fóruns já haviam recebido e o do Rio de Janeiro não, que não há motivos para se privilegiar um em detrimento de outro e irá tomar ciência dos fatos e, sem criar divisão, tentará resolver.

Os Servidores do Tribunal Regional do Trabalho fizeram uma manifestação no dia 21 de março de 2006, em favor do Judiciário Trabalhista, pelo imediato pagamento da URV e da Incorporação dos Quintos, em frente ao Prédio do TRT, na Rua do Lavradio, por mais de uma hora, quando então por volta das 15:00h o ministro corregedor do TST Exmo. Dr. Rider Nogueira de Brito chegou, indo direto para a visita às varas em certificação, os servidores então dirigiram-se imediatamente para o 5º andar, e ficaram no corredor próximo a 31ª VT, onde o ministro estava. Ao terminar a visita ainda no corredor, o presidente da ASJT-Rio, Sérgio Feitosa, questionou o ministro corregedor do TST, na presença do Exmo. desembargador Dr. Ivan Dias Rodrigues Alves, presidente do TRT-RJ, sobre o não cumprimento das decisões judiciais favoráveis aos servidores, por falta de liberação de verba do Ministério do Planejamento e assim como o maior empenho por parte do TST.

Em reunião às 17:00h no mesmo dia, com o ministro corregedor, o presidente da ASJT-Rio, Sérgio Feitosa e o diretor de Imprensa da ASJT-Rio, Edmilson Araújo, expuseram ao ministro toda a contradição gerada no

Judiciário Trabalhista do Estado do Rio de Janeiro, por conta da não liberação de verba por parte do Ministério do Planejamento e do TST, para se cumprir as decisões judiciais favoráveis aos servidores, no caso em questão, a URV. Foi reivindicado também pelos diretores a imediata Incorporação dos Quintos.

O ministro respondeu que a forma pela qual, os funcionários estavam reivindicando o pagamento referente a URV, via a liberação de verbas pelo Ministério do Planejamento e o TST, era ilegal. Sérgio Feitosa falou ao ministro que não podemos crer que o TST está na ilegalidade, pois todos os funcionários do TST receberam os seus passivos, a partir da liberação de verbas por parte do Ministério do Planejamento, sem precisar amargar anos e anos por um processo precatório. Cuja a divergência no seio de nossa categoria é tamanha por esta questão, que muitos entendem, inclusive, tratar-se de "Moeda Podre".

O diretor Edmilson completou dizendo: "Que partindo do que V.Exª diz, os juizes também estão na ilegalidade, pois receberam





Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 1ª Região

Ofício nº 038 - XXX / 2008

A(o)
Esno(a). Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2008.

A ASJT-Rio * Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho da 1ª Região, entidade com mais de 45 anos, prestando serviços a toda Categoria do Judiciário Trabalhista do Estado do Rio de Janeiro, vem através desta, buscar o apoio de V.Exa. para que o Judiciário Trabalhista do Estado do Rio de Janeiro, volte a ser visto como um Templo da Justiça, por aqueles que militam de forma direta ou indireta no mesmo. Pois o não cumprimento de decisões favoráveis aos servidores do Estado do Rio de Janeiro, em especial a URV, tem fragilizado o nosso Judiciário junto à população. Assim como, tem servido de chacota, por aqueles que pregam o fim do Judiciário.

Somos obrigados a ouvir frases como "Se o judiciário não cumpre com os direitos de seus funcionários, como podem garantir os Direitos Trabalhistas de quem o procura".

Temos conhecimento que os passivos da URV (Utilidade Real de Valor), já foram integralmente pago aos funcionários do TST. Embora os funcionários do TRT da 1ª Região, venham desempenhando suas funções com a mesma presteza, celeridade e empenho, até hoje clamam por justiça sem que sejam ouvidos.

Não é justo e nem mesmo legal, termos um direito reconhecido, há mais de uma década, sem que tenhamos recebido os valores referentes a este direito. E como se não bastasse, fomos surpreendidos com a liberação de mais de dois milhões e setecentos mil reais, relativos ao auxílio moradia para os magistrados. O que é uma lastima, não só por terem priorizado os juizes em detrimento dos servidores, mas por ser o pagamento do auxílio moradia um afronta à população brasileira.

Parabenizamos alguns Juizes e Ministros, que tendo consciência de que muitos brasileiros sequer têm um teto para morar, serão que, através de seus impostos, contribuíram no pagamento da moradia de magistrados, abriam mão de receberem este vergenhoso auxílio.

No TST a argumentação é sempre a mesma: Não há verba. Sabemos que a verba existe e não concordamos que a justiça seja feita daqueles que têm em suas mãos as chaves dos cofres públicos.

A prova da existência desta verba é que os passivos dos funcionários do TST já foram, há muito, quitados. O que nos leva a crer que sobra verba e falta justiça.

Aguardamos a sensibilidade de V.Exa. na defesa deste pleito que é uma demanda de mais de 5.000 famílias do judiciário trabalhista do Rio de Janeiro.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Sérgio Feitosa
Presidente da ASJT-Rio

Este documento foi enviado para todos os Ministros, Desembargadores, Magistrados, Órgãos do Judiciário Brasileiro, Parlamentares, e a Imprensa.

CNPJ : 42.561.870/0001-00
Rua da Relação, nº 31 - Centro - Rio de Janeiro / RJ * 20.231-110
Telefones : (21) 2262-4931 * E-mail : asjt@asjt.com.br * www.asjt.com.br

TST usa legalidade para cometer injustiça.

Como se não bastassem as condições insalubres de trabalho, os servidores do TRT/RJ, foram duramente golpeados pelo TST, que ilibrou mais de R\$ 2,7 milhões aos Juizes. Em contrapartida os funcionários estão há 11 anos sem receber seus passivos.

A Presidente do TRT/RJ, em exercício, Exma. Desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry disse ser desnecessário se reunir com a comissão de funcionários, eleita em assembléia e que aguardassem o retorno da Presidência efetiva, Desemb. Dóris Castro Neves.

Assembléia de repúdio ao não pagamento dos passivos aos funcionários



Sérgio Feitosa e Eduardo Brasil (de costas), na Assembléia realizada no dia 29/07 no Fórum da Rua do Lavradio.

O TST que liberou a verba para pagamento dos Juizes tem com presidente o Ministro Rider de Brito que em entrevista concedida ao Jornal Atualidade (vide pag1) , afirmou que em sua opinião, tal procedimento é ilegal.

A história não o absolverá.

A medida em que o TRT/RJ não paga os passivos dos seus funcionários, que se empenham com afincio e dedicação, na prestação jurisdicional, a revolta se instala.



Foi deliberado a remessa de e-mails e ofícios para o TST, CNJ, CSJT, Parlamentares e a Imprensa (os e-mails e os ofícios já foram enviados, conforme modelo ao lado).

A poucos meses do final da atual Administração, os servidores não têm nada a comemorar e tudo a lamentar.

Sérgio Feitosa apresenta propostas à categoria, observado por Roberto Cassiano e Eduardo Brasil

Na Internet: www.asjt.com.br / E-mail: imprensa@asjt.com.br
R. da Relação, 31 - Centro - RJ - CEP: 21.231-110 * Telefax: (21) 2262-4931

Expediente



Presidente: Sérgio Feitosa
Jornalista: Bianka de Jesus
(MTB 19.761)
Fotos: Kadu Rangel

Diagramação: Kadu Rangel
Impressão: Monitor Mercantil
Tiragem: 5.000 exemplares

As matérias e artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores